

A Relação Entre o Endividamento Municipal e as Características Socioeconômicas dos Municípios Goianos

THIAGO GUIMARÃES DA SILVA

Centro Universitário Alves Faria

YNÁ KARINE DE SOUSA VIEIRA

Centro Universitário Alves Faria

PATRICK CEZAR ALVES CARDOSO

Centro Universitário Alves Faria

CLEBER ROBERTO DE SENA VELOSO

Centro Universitário Alves Faria

Instituto Federal Goiano – Campus Trindade

Resumo

Este trabalho tem como objetivo verificar qual a relação entre o endividamento dos municípios goianos e os fatores relacionados ao desenvolvimento socioeconômico destes entes públicos. A partir de uma amostra de 115 municípios goianos, entre os anos de 2014 e 2016, o trabalho adota para análise de dados a técnica de dados em painel, com regressão quantílica, cuja análise se deu em três quantis: 0,25; 0,50 e 0,75. A escolha da técnica se deu por ser mais adequada no tratamento de dados com grande dispersão. Os resultados evidenciam que a dívida pública apresenta significância estatística com as variáveis independentes economia, infraestrutura, educação e trabalho. As variáveis economia e infraestrutura têm coeficiente de variação positivo, ou seja, quanto maior o endividamento melhor o nível econômico e maior a qualidade da infraestrutura. Já as variáveis educação e trabalho apresentam coeficiente de correlação negativo, evidenciando que quanto maior o endividamento menor o nível educacional e de emprego no municípios que compõem a amostra. A partir destes resultados conclui-se que quanto melhores os indicadores socioeconômicos menor será a dívida pública dos municípios goianos, que a variável educação é a que possui maior correlação com o endividamento, assim, pode-se inferir que quanto mais um município goiano investe em educação, menos este tende a se endividar. Que a economia dos municípios goianos tende a ser mais forte quando o município se endivida de modo responsável, possivelmente, procurando financiamentos para setores que ativem a economia, pois, esse resultado só pôde ser observado no grupo de municípios que apresentaram um menor endividamento, que quanto mais endividado o município se encontrar, menos efeitos as características socioeconômicas apresentam sobre o endividamento.

Palavras chave: Endividamento; Municípios Goianos; Indicadores.

1. Introdução

A Constituição brasileira de 1988 transferiu parte das obrigações sociais para os municípios, tornando-os prestadores em primeira instância de serviços básicos como a saúde, educação, transporte e saneamento básico (Dowbor, 2008).

A crise financeira que atinge os municípios se impulsionou no ano de 2017, agravando os desafios para encerrar o ano com as contas equilibradas. Somado a isso, destaca-se que a sociedade exige maior volume de serviços públicos, o que amplia as competências municipais, porém, nem sempre os entes públicos conseguem o aporte necessário de recursos para o cumprimento dessas novas demandas, como consequências podem terminar por se endividar (Confederação Nacional dos Municípios [CNM], 2017).

O endividamento público é uma ferramenta importante para a provisão dos bens públicos à sociedade, o qual é realizado por meio das políticas públicas. Mas, para atingir tal fim, é necessário que os governantes adotem uma política fiscal sustentável (Costa, 2009). A dívida pública é dividida em duas, dívida consolidada e dívida flutuante, a primeira compreende as obrigações assumidas pelo Estado, como títulos de empréstimos, a segunda é o conjunto de débitos contraídos pelo Estado para atender as necessidades emergenciais para solver encargos, oriundos da administração de bens de terceiros, confiados à sua guarda (Mello & Dalchiavon, 2012).

A situação fiscal de um governo pode ser baseada na relação da dívida/PIB, por se tratar de um indicador de importante solvência (Costa, 2009). A Organização das Nações Unidas (ONU, 2018), afirma que o desenvolvimento humano pode ser analisado em consonância a uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas: renda, educação e saúde; sendo estas dimensões diretamente influenciadas por políticas públicas.

Deste modo, o endividamento público pode estar relacionado ao desenvolvimento humano, ou seja: pode existir relação entre a situação fiscal dos municípios e a capacidade deste em prover renda, educação e saúde de qualidade. Isto é o que aponta o estudo de Lazari, Mello e Bezerra (2014) ao evidenciarem que o endividamento dos municípios paranaenses tem impacto positivo sobre o desenvolvimento destes entes públicos e que, se os recursos forem gastos de maneiras eficientes, a sociedade será beneficiada.

Em estudo desenvolvido para evidenciar a existência ou não da influência dos fatores socioeconômicos no endividamento dos municípios do Rio Grande do Sul, concluiu-se que o desenvolvimento socioeconômico de uma região é impactado pelo modelo de gestão dos recursos públicos. Dessa forma, as diferentes esferas do governo devem objetivar a alavancagem do desenvolvimento das regiões sob sua responsabilidade (Pinto, Coronel, Vieira & Ceretta, 2015).

Observa-se que podem ser diversas as relações entre o endividamento público e o desenvolvimento humano, sendo essa resposta, um direcionador para implantação de políticas públicas, nesse sentido, questionasse: qual a relação entre o endividamento dos municípios goianos e os fatores relacionados ao desenvolvimento socioeconômico?

Por conseguinte, esse estudo tem como objetivo geral verificar qual relação entre o endividamento público dos municípios goianos e o desenvolvimento socioeconômico destes entes públicos. Para que o objetivo geral seja atingido foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1 - Verificar o índice de endividamento público dos municípios goianos, 2 - Verificar o Índice de Desempenho Municipal (IDM), da Economia, Educação, Infraestrutura, Saúde, Segurança Pública e Trabalho dos municípios goianos e 3 - Verificar a existência ou não, da correlação entre o endividamento municipal e o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) dos municípios goianos.

Neste estudo os dados utilizados para calcular os indicadores foram obtidos através dos relatórios do Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos e pelo Tesouro

Nacional, tratados nesta pesquisa empírica, analítica, quantitativa. A população do estudo são os 246 municípios do estado de Goiás, a amostragem, porém, é composta por 115 municípios que apresentaram todas as informações essenciais á análises, no período de 2012 a 2016 realizados periodicamente de dois em dois anos.

A resposta para a questão da existência ou não da relação entre a dívida pública dos municípios goianos e as características socioeconômicas registradas é relevante para sociedade, tais informações são de interesse público, em especial para a área da administração pública, pois os resultados poderão consubstanciar futuras decisões e servir de base para novos estudos; ainda justifica-se pela ausência de pesquisas sobre a relação do endividamento municipal e as características socioeconômica dos municípios goianos, sendo assim suporte para tomada de decisão dos gestores, fornecendo subsídio teórico que justifique a alocação de recursos para as diversas áreas dos municípios.

Como resultado, verificou a existência da relação entre endividamento municipal goiano e suas características socioeconômicas, que quanto melhores as características socioeconômicas menos endividados os municípios se encontrarão.

O presente artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. A próxima seção apresenta a revisão da literatura, seguida pelas seções de procedimentos metodológicos, resultados da pesquisa, discussão de resultados e, por fim, as conclusões do estudo.

2. Revisão Bibliográfica

A seguir, para aprofundamento teórico será apresentada revisão da bibliográfica referente a Dívida Pública e Desenvolvimento socioeconômico, item subdivido nos indicadores Economia, Educação, Infraestrutura, Saúde, Trabalho e Segurança Pública.

2.1 Dívida Pública

A administração pública sentiu a necessidade de passar por transformações. Embora o grande desafio seja tornar-se cada vez mais eficiente, onde seus agentes exerçam suas atribuições com maior qualidade, para que assim a sociedade possa ter seus anseios atendidos e respeitados. O processo de administrar o endividamento público significa que o Estado tem a obrigação de tratar com aspectos ligados a investimentos e políticas públicas, verificando as ações e propondo, quando necessário, mudanças rumo as melhorias (Souza, 2006).

Por conseguinte, é dever do gestor público, prestar serviço à sociedade de forma competente, legitimar leis, normas e princípios, elaborando um plano de gestão, o qual apresente missão, planejamento e controle, buscando eficiência. A vista disso nota-se importância da gestão pública, onde possibilita o controle e efetividade do Estado para com a sociedade perante as normas administrativas (Goretti, 2016).

A partir da necessidade de monitorar o crescimento do endividamento criou-se um indicador para análise destes fatores, utilizado pelo governo brasileiro na tomada de decisão da Política econômica, onde denominou-se dívida líquida no Setor Público, esse indicador reflete de maneira mais apropriada a dinâmica dos passivos políticos e o esforço fiscal do governo (Silva, Carvalho & Medeiros, 2009).

O governo federal, por exemplo, declara permanentemente em seus relatórios fiscais, os objetivos de manter a relação Dívida Líquida do Setor Público/Produto Interno Bruto (DSLPI/PIB), bem como informar em sua Lei Orçamentária Anual (LOA) a estimativa de evolução do indicador para o ano subsequente e os três seguintes, criando suas expectativas para a taxa de juros real, crescimento econômico e a meta de superávit primário para o Setor Público (Silva, Carvalho & Medeiros, 2009).

A dívida bruta do governo geral (Governos Federal, Estadual e Municipal) passou de 70,0% do PIB em dezembro de 2016 para 74,0% do PIB (R\$ 4,854 trilhões) em dezembro de 2017, e a dívida líquida passou de 46,2% do PIB, para 51,6% (R\$ 3,382 trilhões) no mesmo período (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2018).

Considerando os aspectos relacionados à estrutura de receitas e despesas, baseado em estatística e dados em painel, foi constatado que o endividamento é influenciado pelas receitas de transferências (RTRANSF), pelas receitas per capita (RPC) e pela Cobertura Corrente Total (CCT), ocorrendo de forma negativa, sendo que o aumento nessas variáveis diminui o endividamento, isso confirma que os aspectos relacionados à estrutura de receitas influenciam na redução do endividamento público (Mello & Slomski, 2009).

Sendo assim as funções do endividamento podem ser garantia de investimentos e serviços à sociedade, propiciando maior equidade entre as gerações; na ausência do crédito público em situação de déficits governamentais, pode preservar a população de grandes cortes de gastos ou aumento dos impostos; além disso, o endividamento pode ajudar a diminuir o impacto sobre a sociedade, dos problemas fiscais enfrentados por governos, e pode corroborar para o bom funcionamento econômico, servindo de suporte para políticas monetárias (Silva, Carvalho & Medeiros, 2009).

Em contraponto, o endividamento em excesso pode se tornar prejudicial para a sociedade, Riani (2014) relata que o volume de recursos direcionados a prestação dos serviços públicos nos últimos governos foi aquém da necessidade da população de menor poder aquisitivo, sendo os encargos da dívida pública, uma das causas centrais da dificuldade de investimento nesses setores.

Apesar de ser importante instrumento econômico, por ser uma ferramenta de gestão do estado, o endividamento pode não ser bem utilizado. Riani (2014) relata que o governo brasileiro, tem sido falho quanto à utilização dos recursos públicos, isso pode ser demonstrado através da corrupção e expansão desnecessária do estado, nem sempre compatível com as reais necessidades da população; Souza (2014) explana sobre as necessidades consideradas como básicas para o ser humano, sendo elas: alimentação, vestuário, transporte, educação, cultura, saúde, segurança pública e lazer.

Partindo desse ponto, existe quatro objetivos básicos nos quais são economicamente justificáveis a existência da dívida pública: (i) o financiamento do déficit público, (ii) propiciar instrumentos adequados à realização da política monetária, (iii) criar um referencial de longo prazo para financiamento do setor privado e por último a (iv) alocação de recursos para pagamento de despesas realizadas no presente com recursos oriundos do endividamento passado (Pedras, 2009).

Pode então classificar cinco instrumentos que definem a legislação da política de endividamento brasileiro: 1) a Constituição Federal do Brasil, que estabelece as diretrizes gerais para a dívida pública, 2) a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que define normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, 3) a Lei nº 10.179, de 2001, que trata sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do tesouro nacional, 4) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e 5) a Lei Orçamentária Anual (Silva, Carvalho & Medeiros, 2009).

Justifica-se que o endividamento dos estados e municípios brasileiros é derivado da crise externa do início da década de 1980 e que veio a tornar-se uma questão central dentro do processo de ajuste do setor público. À frente desse cenário é que surgiu a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que visa legitimar a gestão de recursos públicos, dando uma maior responsabilidade aos gestores locais (Silva, 2012). A LRF pode ser considerada para as finanças brasileiras um fator de suma importância doutrinária, pois essa lei é baseada nos

princípios da transparência, responsabilidade, controle e planejamento (Macedo & Corbari, 2009).

Um estudo realizado sobre a situação financeiro de um estado após a implantação da LRF concluiu que em 63% dos municípios analisados, houve redução significativa do endividamento, onde 33% dos encargos da dívida foram pagos, e em 11% foram reduzidas o tempo de pagamento. A mesma pesquisa demonstra que os municípios pesquisados não excedem 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a Receita Corrente Líquida, não comprometendo a RCL em mais de 11,5% com amortização, juros e demais encargos da Dívida Consolidada Líquida (Mello, 2012).

Sendo assim o endividamento é desempenhado pela dívida total, que compreende as obrigações financeiras reconhecidas em operações de crédito, independente do prazo de amortização, demonstradas no Balanço Patrimonial ao final de cada exercício, dividida pela receita total em cada ano. Isto representa a variável que explica o comprometimento do município com as obrigações futuras. Assim, admite-se a hipótese de que o nível de endividamento é uma característica que tem influência significativa no nível de responsabilidade fiscal dos municípios.

Conclui-se, portanto, que a LRF alterou de forma positiva o volume e o desenho do endividamento dos municípios brasileiros, de porte médio, que as mudanças já despertavam a ocorrer no ano em que foi promulgada, se aprofundaram na primeira gestão sob a lei supramencionado e se mantiveram na segunda gestão, com redução do endividamento líquido.

2.2 Desenvolvimento Socioeconômico

O Desenvolvimento Econômico é um processo de mudança da sociedade no sentido de melhorar o bem-estar da população ao longo do tempo, alargando o seu leque de escolhas nos domínios da saúde, educação e rendimento (Organização das Nações Unidas [ONU], 2013)

Esse processo de um país está ligado à acumulação de capital e incorporação do trabalho, sendo o capital importante instrumento para o aumento da produtividade, salários e padrão de vida da população; o crescimento do desenvolvimento econômico decorre da acumulação de capital e do progresso técnico onde é essencial os empresários serem estimulado a inovar e investir (Bresser & Pereira, 2008).

A situação socioeconômica implica em mudanças no quadro político, institucional, econômico e social, tendo como principal objetivo a melhoria no bem-estar da sociedade, principalmente o índice de pobreza. As crises econômicas agravam em demasia os problemas da miséria, pobreza e questões sociais, nestas situações ocorre o aumento nos indicadores de criminalidade, nível de desnutrição, evasão escolar e falta de perspectiva da população (Borbely, 2016).

Os indicadores socioeconômicos fornecem dados padronizados em relação a determinadas realidades, de forma que as análises fossem estruturadas com método científico. A necessidade dos indicadores advém do período do Liberalismo, de modo quantitativo. A preocupação com o desenvolvimento da qualidade social e de vida da população trouxe a necessidade dos indicadores econômicos, tornando-os os essenciais (Júnior, Arriel, Macedo & Silva, 2016).

Mensurar a condição social por meio de índices era o objetivo para melhorias sociais, mapeando a situação para conduzir a informação na tomada de decisão dos administradores da gestão pública. Por isso, uma das organizações criadas para que cada estado desenvolvesse instrumentos para captação de dados e transformação em indicadores foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Júnior, 2016). O conjunto de indicadores é consequente do foco do problema, da disponibilidade de dados e de estatística, podendo ter variações de acordo com as dimensões e indicadores (Jannuzzi, 2004).

No âmbito do estado de Goiás, a entidade responsável por calcular os índices de desenvolvimento socioeconômico e acompanhá-los é o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). Este órgão administrativo do Governo do Estado de Goiás foi criado em meados de 1950, com nome de Conselho Superior de Planejamento e Coordenação, no princípio tinha como atribuição o planejamento governamental, a sistematização de estatísticas, pesquisas e estudos socioeconômicos (IMB, 2018).

Atualmente o IMB tem como principais atribuições realizar pesquisas e estudos, elaborar projetos, acompanhar a evolução da economia estadual, fornecer subsídios na área econômica e social para a formulação das políticas estaduais de desenvolvimento; sistematizar, atualizar e disseminar base de dados estatísticos, geográficos e cartográficos e registros administrativos procedentes de órgãos setoriais públicos e privados; consolidar o Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG), com o objetivo de fortalecer a área de geoprocessamento do Estado (IDM, 2018).

Além das atribuições citadas, o instituto tem como propósito ser um centro de excelência na gestão de redes de informações socioeconômicas e geográficas; atuante na formação e aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos da área; mediando a interação do Estado com instituições de pesquisa locais, nacionais e internacionais (IMB, 2018).

O principal indicador calculado pelo IMB é o Índice de Desempenho dos Municípios – IDM, que sintetiza os dados socioeconômicos dos municípios goianos por intermédio de 37 variáveis selecionadas para conferir o desempenho dos municípios, fornece resultados anuais em 7 (sete) dimensões, denominadas: IDM – Geral, IDM – Economia, IDM – Educação, IDM – Infraestrutura, IDM – Saúde, IDM – Segurança Pública, IDM – Trabalho. O objetivo dos indicadores é facilitar o diagnóstico e a comparação do desempenho dos municípios, avaliar os resultados, consubstanciando o planejamento das ações governamentais (IMB, 2018).

Há ainda os Indicadores Sociais, que são uma medida usada para traduzir quantitativamente um conceito abstrato e informar algo sobre determinado aspecto da realidade social, eles auxiliam as atividades de planejamento público e elaboração de políticas sociais, promovem a fiscalização das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil, possibilitam uma investigação acadêmica mais profunda sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (Jannuzzi, 2004).

A utilização dos Indicadores Sociais diante da pesquisa acadêmica ou na formação e análise de políticas públicas pressupõem que tal indicador deve apresentar um conjunto de particularidades, exemplo: Um indicador social deve conter uma dimensão populacional apropriado aos propósitos a que se refere, deve ser perceptível a políticas públicas implementadas, essencial para efeitos de programas setoriais, compreensível tanto para os agentes quanto para o público-alvo das políticas, ter atualização periódica, a custo executável, traduzindo em fatos concretos e operacionais diversas proporções importantes, característicos e dinâmicos da realidade social (Jannuzzi, 2004).

O Ministério do Desenvolvimento Social criado em setembro de 2016 e alterado com a medida provisória nº 782 de maio de 2017, mantém um sistema de proteção social como estratégia de combate principalmente à pobreza extrema. O MDS é responsável pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Nacional de Combate e Erradicação da Pobreza (FNCP) (Ministério do Desenvolvimento Social [MDS], 2015).

Todas as fases do processo de formação e execução das políticas públicas sejam elas programas de qualificação da mão de obra, projetos de expansão da infraestrutura urbana, ações voltadas na distribuição de alimentos ou na garantia de renda mínima; tem nos indicadores sociais insumos básicos e indispensáveis (Jannuzzi, 2004).

Nas seções a seguir apresentam-se os aspectos gerais das principais dimensões do IDM, assim como aspectos teóricos relacionados a cada um deles.

2.2.1 Economia

O termo economia é originário das palavras gregas oikos (casa) e nomos (normas), significando em sua origem a arte de administrar o lar, atualmente pode ser definida como ciência que estuda as melhores formas de se empregar os recursos, que são escassos, na produção de bens ou prestação de serviços (Souza, 2014).

O estudo sobre a economia pode ser dividido em duas vertentes, a macroeconomia e a microeconomia, a microeconomia aborda conceitos com pouca amplitude, como a atividade econômica das pessoas, já a macroeconomia trata da atividade econômica da sociedade como um todo (Silva & Martinelli, 2012).

Várias transformações vêm ocorrendo na economia do estado de Goiás, tanto no setor agropecuário, pela modernização agrícola e nas políticas de incentivos fiscais praticados por Goiás para atrair as atividades industriais. O estado de Goiás representava 2% do PIB brasileiro no ano de 1995 e chegou a 2,7 em 2011. O Brasil teve em 2000 um crescimento médio anual de cerca de 4%, contra 5% de Goiás (Romanatto, Cruvinel, Araújo & Satel, 2015).

A economia dos municípios baseia-se nos recursos como as transferências federais como: FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais de Educação) e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Existem também os recursos estaduais, como parte do ICMS (Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços e do IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores). E as receitas próprias são provenientes do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano e do ISS (Imposto Sobre Serviços) (Arrais, 2008).

Na dimensão econômica o IMB utiliza, para calcular o indicador, informações municipais relacionadas ao PIB per capita; valor adicionado dos setores de serviços, agropecuária e indústria; evolução do PIB; percentual dos recursos próprios na receita total; e o equilíbrio orçamentário dos municípios (IMB, 2018).

Observa-se que além de aspectos relacionados à receita pública, o indicador também aborda questões relacionadas ao endividamento público, que é conceito importante dentro do estudo da atividade econômica, na vertente da macroeconomia (DIEESE, 2006).

Neste ponto, vale frisar que dívida pública é uma obrigação da entidade, originada pela diferença entre sua receita e despesa, a partir desse ponto, pode-se entender a dívida pública, que é aquela utilizada por governos para o financiamento dos gastos que não são cobertos pela arrecadação dos impostos, para alcançar objetivos de gestão econômica, controlar o nível de atividade, o crédito e o consumo e captação de dólares no exterior (DIEESE, 2006).

2.2.2 Educação

De acordo com a Constituição Federal de 1988, os gestores dos municípios e seus secretários devem investir 25% das receitas com impostos e das transferências na Manutenção e no Desenvolvimento da Educação (MDE), utilizando esses recursos conforme as regras impostas e aplicar no ensino da rede municipal de educação, obtendo como resultado um ensino de qualidade (Caetano, Ávila & Tavares, 2017).

Os recursos devem ser alocados para alcançar o objetivo de atender a população que não tem condições de ter acesso ao sistema privado e com isso atender suas necessidades básicas. A otimização eficiente dos recursos visa reparar ou diminuir as desigualdades da população, oferecendo uma melhor qualidade de vida à sociedade (Silva, Ferreira, Braga & Abrantes, 2012).

O governo é cada vez mais pressionado pela população, que está ciente de sua contribuição através dos tributos, e cobra por serviços públicos que atendam suas

necessidades de melhorias na qualidade de vida. Com isso, os governantes se veem obrigados a criar estratégias públicas que atendam as demandas sociais (Tavares & Alves, 2015).

Um dos setores mais importantes para o desenvolvimento da nação é a educação, com o investimento nessa área pode-se destacar os benefícios econômicos como: maiores salários, estabilidade no emprego, aumento da produtividade e do capital humano; e os não-econômicos como: maior expectativa de vida, diminuição da criminalidade e envolvimento da comunidade (Almeida & Gasparini, 2011).

Na dimensão educação o IMB utiliza, para calcular o indicador: informações municipais relacionadas ao atendimento educacional, infraestrutura dos prédios das escolas, adequação da formação do docente e o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB). O anseio é que todas as escolas possuam uma infraestrutura completa com acesso à biblioteca, laboratório de informática e ciências, quadra, internet, água filtrada, energia e esgoto sanitário. Além disso, o melhor cenário no âmbito da educação corresponde a todos os professores com formação adequada (IMB, 2016).

2.2.3 Infraestrutura

É o conjunto de atividades e estruturas da economia de um país que servem de base para o desenvolvimento de outras atividades, pelo fato de ser portadora de externalidades positivas, associada às características básicas do modo de organização, justifica a necessidade estatal nas indústrias (Júnior, Maciel, Bicalho & Quadros, 2010).

A infraestrutura brasileira, bem como ocorre com os demais países ou organizações, é a reunião das estruturas de engenharia e instalações que integram a base em que são prestados os serviços necessários para o desenvolvimento produtivo, político e social conforme abordagem sugerida pelo Banco interamericano de desenvolvimento (BID) (IPEA, 2010).

Devido aos esforços de estabelecer um modelo econômico brasileiro de sucesso, não possui um desenvolvimento que se mantenham sem um sistema de infraestrutura bem planejado, as atividades frequentemente são comandadas por investidores e operadores, públicos ou privados e seus investimentos envolvem riscos elevados a serem mitigados (Vieira & Gondim, 2012).

Os investimentos em infraestrutura impactam diretamente na economia por meios de canais diretos e indiretos, proporcionando o desenvolvimento econômico e social da nação, onde promovida pelo estado, quer pela iniciativa privada, tem a competência de tornar mais rentável, e assim sendo mais atraentes, os investimentos produtivos, assegurando maior eficiência ao sistema econômico (IPEA, 2010).

A infraestrutura pode ser segmentada em dois grupos, não econômica e econômica: não econômicas compõem toda a rede social do país que estão incluídas como, por exemplo, habitação, meio ambiente, saúde, educação, etc. Onde há um passivo histórico no atendimento das premissas básicas da população (Vieira & Gondim, 2012).

Prontamente as econômicas são as que influenciam diretamente no país e incluem setores como energia, transporte, telecomunicações. Entretanto, o país investe pouco no setor de infraestrutura ficando alguns setores desbalanceados, onde telecomunicações e energia possuem nível de investimentos dentro da média mundial, em relação a logística e saneamento detém taxas de investimento extremamente baixa em relação ao PIB em comparação com a China e Índia (Pereira & Puga, 2016).

O IDM Infraestrutura possui como peculiaridade em seus indicadores a variável em rede geral ou pluvial de esgoto, cobertura da rede energia elétrica, água, telefonia fixa e internet, onde se examina o percentual de domicílios que possui acesso a esses serviços e a sua qualidade nos municípios goianos sendo uma das seis dimensões que compõe o índice de desempenho municipal (IMB, 2016).

2.2.4 Saúde

O Estado deve garantir o direito à população referente à proteção social, envolvendo o direito a saúde, que numa visão mais abrangente, relaciona-se a qualidade de vida. Nesse contexto o Sistema Único de Saúde (SUS) surge com a constituição de 1988, com o intuito de garantir tal direito, tendo assim ações focadas na Atenção Primária à Saúde (APS), aproximando o acesso da população (Matta, Ferreira, Cotta & Batista, 2016).

A década de 90 teve um marco em vários países, derivado disso constituiu as reformas dos sistemas nacionais de saúde, apresentando três propostas que chamaram de agenda global de saúde: a separação das funções de provisão e financiamento das ações de saúde; a ênfase na efetividade clínica e a inclusão de mecanismo através da competição administrativa. Essas reformas são decorrentes das circunstâncias que aumentam os custos frente à capacidade financeira dos estados nacionais para financiar ações de saúde (Viana & Poz, 2005).

As unidades básicas de Saúde instaladas perto da comunidade desempenham um papel significativo a população de acesso à saúde de qualidade. Isso foi o principal desafio do Brasil, único país com sistema de saúde público universal, integral e gratuito, constituindo uma missão de expansão do desenvolvimento da atenção básica no país (Ministério da Saúde, 2006).

Administradores de organizações de saúde empenharam-se em ferramentas de mensuração de desempenho e controle de custos da organização. As teorias de gestão estão em constantes mudanças, passando da mensuração dos lucros a rentabilidade de uma gestão voltada à criação de riqueza, avaliando os desempenhos econômicos como ferramenta principal para que atingissem níveis mais elevados de eficiência operacional e qualidade no atendimento, possibilitando a avaliação e o acompanhamento de diferentes serviços, dando suporte no planejamento e controle das atividades da instituição e melhorias nas tomadas de decisões (Campos & Costa, 2011).

No caso da saúde pública, quanto maior o nível de eficiência no atendimento, melhor o resultado da organização, já que o setor público apresenta organizações com quantidade substancial de especialidades operacionais e gerenciais, provando a necessidade de possuir um sistema de informações voltado para o seu gerenciamento de desempenho (Campos & Costa, 2011).

A Constituição garantiu um piso de recursos para a saúde, na forma da Emenda Constitucional nº 20/2000, que a partir de 2001 a 2015 os gastos federais com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPA) permaneceriam em aumento na mesma proporção que o Produto Interno Bruto (PIB). Já em 2016 a regra foi alterada, para um piso equivalente a 13,2% da Receita Corrente Líquida (aumentando progressivamente até 15% em 2020). Entretanto, os recursos com a saúde não têm tido um crescimento adequado comparado ao do PIB, uma vez que se a demanda com o Produto Interno Bruto aumenta, espera-se que a busca pelos serviços de saúde também aumente, devido a acidentes de trabalho e trânsito (Fatorelli & Avila, 2017).

O IDM geral busca refletir o desempenho de cada município de maneira global na dimensão Saúde, tem-se algumas particularidades em relação ao indicador, como número de leitos por mil habitantes, médicos que atendem pelo SUS por mil habitantes; para obter a cobertura da Equipe Saúde da Família (ESF) e Saúde da Família Bucal, calcula-se a média das coberturas dos 12 meses do ano, a taxa de mortalidade infantil e causas externas de mortalidade, são variáveis para indicar o desempenho dos municípios goianos quando se diz respeito ao indicador de Saúde (IMB, 2016).

2.2.5 Trabalho

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é uma forma de registro de periodicidade anual, criada para fim de suprir necessidade de controle, de estatística e de

informações às entidades governamentais da área social. Ela abrange os trabalhadores com carteira assinada, além de funcionários públicos estatutários e militares, sendo assim a alimentação dos dados é feita por todos os estabelecimentos empresariais e do setor público, com ou sem vínculo de trabalhadores, que fornecem ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) dados da movimentação de empregos e o ano de referência (IMB, 2017).

O Relatório do Desenvolvimento Humano – RDH – (2013), garante que o desenvolvimento é um processo de mutação da sociedade no sentido de melhorar o bem-estar da população ao longo do tempo, é definido como o processo no qual o crescimento econômico (emprego e renda) e o social (educação e saúde) estão interligados em uma relação de dependência, isso porque, atualmente, o desenvolvimento está mais vinculado à questão da maior ou menor inserção na economia globalizada. Portanto, substancialmente entende-se como desenvolvimento socioeconômico um processo de mudanças sociais e econômicas (Morais, Oliveira & Rocha, 2016).

Baseado em estudos quantitativos a fim de mostrar o processo de formalização do mercado de trabalho brasileiro, foi possível notar que a maior parte dos trabalhadores formais deve-se ao fato de que as vagas estão sendo criadas majoritariamente formais. Analisando as características de ocupação, tiveram resultados de uma diminuição de ocupados que ganham até um salário mínimo, sendo uma jornada entre 40 e 44 horas de trabalho semanais (IPEA, 2017).

No Brasil, o setor público é importante na geração de empregos formais, além do seu papel social, segundo dados da RAIS e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2014 servidores públicos estatutários, militares ou celetistas vinculados a administração direta, autárquica ou a fundações representavam 20% dos empregos formais em todo o país (Fontoura, Teixeira & Piccinini, 2016).

Um estudo feito sobre os municípios paranaenses relacionando a dívida pública e o desenvolvimento econômico trouxe resultados que indicam que as variáveis relativas ao endividamento e de aprovação ao emprego formal foram significativas, apresentando sinal positivo, mediante ao teste de Hausman, modelo de efeito aleatório comparado ao modelo estimado por efeitos fixos (Lazari, Mello & Bezerra, 2014).

Na dimensão trabalho para que seja possível calcular esse indicador são usadas as seguintes variáveis: empregos formais, remuneração no mercado de trabalho, nível de escolaridade dos trabalhadores e variação do número de empregos formais, assim as informações foram agrupadas para comporem um índice por área, utilizando a média aritmética das variáveis padronizadas (IMB, 2016).

2.2.6 Segurança Pública

A baixa qualidade da segurança pública faz a população pagar em dobro, primeiramente através de impostos e outra em segurança privada. Reduzindo o desenvolvimento na produtividade diante de cada cidadão em seu trabalho. A ansiedade e a preocupação com a segurança própria e familiar prejudicam o aprendizado e a concentração do trabalhador, diz estudo realizado pela (Confederação Nacional da Indústria [CNI], 2018).

A segurança pública é um dos deveres do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

O IDM sobre a amplitude da Segurança Pública é calculado mediante a média aritmética simples dos scores padronizados de 0 a 10 diante das variáveis ao número de ocorrências dos tipos de crime a seguir, para ocorrências a cada 100 mil habitantes: contra a dignidade sexual, contra a pessoa, contra o patrimônio, contravenções penais e tráfico de drogas (IMB, 2016).

As prefeituras gastam em torno de R\$ 5 bilhões com a segurança pública, tendo dificuldades em desempenhar as obrigações de acordo com a constituição. Com a finalidade de examinar os estados, é imprescindível a análise de indicadores relativos, comparando o gasto com o número de habitantes, com a receita corrente ou com o volume do PIB estadual (Afonso, 2017).

Os indicadores físicos deveriam ser analisados para comparação ideal diante do desempenho dos estados, tanto quanto os efeitos das polícias e os índices da criminalidade a fim de verificar o desempenho e a eficiência dos gastos estaduais com a segurança pública. A violência devasta aproximadamente todas as regiões do país, sendo uma das consequências da crise das finanças. Contudo o gasto com esta área não é baixo, o que impulsiona a necessidade de investir para atualizar e melhorar a qualidade dos serviços ao contrário de aumentar a verba nesta função, existindo dispersões não somente na segurança pública, mas em todo orçamento (Afonso, 2017).

3. Metodologia

Como técnica de trabalho foi utilizada a pesquisa empírica analítica, sendo essa quantitativa (Martins, 2002). Os dados utilizados para calcular os indicadores foram obtidos através dos relatórios do Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos e pelo Tesouro Nacional.

A população do estudo é composta por 246 municípios do estado de Goiás (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2017). A amostragem, entretanto, é formada por 115 municípios que apresentaram todas as informações referentes aos anos de 2012, 2014 e 2016, necessárias às análises.

Para concretização deste estudo foi utilizada a técnica de análise de dados em painel, que aborda de forma integrada observações de corte transversal (cross-section) e série temporal, esta, proporciona modelagens mais fortes e que captam efeitos não identificáveis no caso de corte transversal (Figueiredo, 2011). O uso de dados em painel traz uma série de benefícios, como maior quantidade de informação e de variabilidade, redução da colinearidade entre as variáveis explicativas (multicolinearidade); os indivíduos podem ter variações específicas ou pode haver intercorrências temporais capazes de afetar o fenômeno observado, é mais sensível e permite uma modelagem mais complexa do que a regressão clássica; é capaz de lidar com a alta heterogeneidade entre as variáveis; reduz a necessidade de agregação em grandes conjuntos e permite uma única estimação com todos os dados (Gujarati, 2006).

Diante da natureza dos dados e do escopo do estudo, e seguindo metodologia semelhante à de Pinto, Coronel, Viera e Ceretta (2013), decidiu-se pela aplicação do modelo de regressão quantílica para os dados em painel, a escolha justifica-se, pois, este é um modelo de análise que diferentemente do método dos mínimos quadrados ordinários (MQO), pode ser eficiente na captação do efeito real de variáveis ao longo de dados que apresentem grandes dispersões. (Soares, 2009). Essa técnica consegue caracterizar os impactos heterogêneos das variáveis em diferentes pontos de uma distribuição de resultado, tornando relevante para muitas aplicações econômico-financeiras (Cameron & Trivedi, 2010). Podendo ser muito útil no contexto de análise de eficiência (Koutsomanoli, Mamatzakis & Pasiouras, 2012).

A mesma ainda se mostra eficiente para o tratamento de dificuldades encontradas durante a utilização de modelos de regressão linear clássica, como a pressuposição de homoscedasticidade, a sensibilidade a *outliers* e possíveis falhas identificadas quando a variável resposta é assimétrica, sendo possível por meio deste modelo, alcançar resultados mais robustos (Campos, 2011). Tal método também, ao contrário do MQO, supera o problema de heterocedasticidade (Maia & Neto, 2006). Deste modo, é possível aplicar

regressões sem a necessidade da aplicação de medidas de correções de outliers e heterocedasticidade, sendo esse modelo a solução mais adequada em amostras com dados heterogêneos, pois não exige normalidade dos resíduos; sendo ainda, mais robusta em casos de distribuição com caldas pesadas (Coad & Rao, 2008)

Diante das vantagens citadas, vem sendo utilizada em estudos semelhantes a esta proposta, na literatura internacional em estudos como os de Bretschneider, Marc-Aurele Jr. e Wu (2005) e Azam (2009), que utilizaram o método para questões da administração pública; na literatura brasileira citam-se Rocha, Campos e Bitencourt (2010), Bertussi (2011) e a tese de Coppi (2009), que fez uso da regressão quantílica para conhecer os fatores associados à eficiência técnica na alocação de recurso público. (Costa, Ferreira, Braga, & Abrantes, 2015).

A regressão quantílica do estudo tem como variável dependente a “Dívida Pública”, sendo as variáveis independentes a economia, educação, infraestrutura, saúde, segurança pública e trabalho; seguindo o estudo de Pinto, Coronel, Viera e Ceretta (2013), para maior comparabilidade, a subdivisão da variável dependente foi realizada em três *quantis* (0,25; 0,50; 0,75). A partir da apresentação dos métodos a serem utilizados na pesquisa, listam-se no quadro a seguir as variáveis a serem utilizadas, suas respectivas definições e fontes.

Tabela 1 – Variáveis e definições

Variável	Definição	Fonte Operacional	Fonte Científica
Dívida Pública (DP)	Nível de endividamento representado pela resultante da divisão da dívida total (que compreende as obrigações financeiras assumidas em operações de crédito, independente do prazo de amortização, apresentadas no balanço patrimonial ao final do exercício) pela receita total em cada ano. Essa variável representa o comprometimento do município com obrigações futuras e para fins deste estudo espera-se que municípios com maior nível de endividamento apresentem menores níveis de responsabilidade fiscal. Admitindo-se a hipótese de que o nível de endividamento é uma característica que tem influência significativa no nível de responsabilidade fiscal dos municípios	Tesouro Nacional	(Brender & Drazen, 2005).
Economia (EC)	Economia é uma ciência social que estuda a decisão da sociedade quanto ao emprego dos recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas, sendo assim a ciência que estuda como é a administração por parte da sociedade dos recursos produtivos.	IMB	(Vasconcellos, 2014).
Educação (ED)	Educação é um direito humano extremamente importante na formação do cidadão, e sua disponibilização não pode depender da viabilidade econômica.	IMB	(Martins, 2004)
Infraestrutura (IN)	Instalações e equipamentos físicos, estruturas organizacionais e institucionais, fundações econômicas e sociais para a operação da sociedade.	IMB	(Junior, Maciel & Bicalho, 2010).
Saúde (SA)	A saúde é direito universal e dever do Estado, garantido por intermédio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.	IMB	Constituição Federal 1988

Segurança Pública (SP)	A Segurança Pública é uma responsabilidade estatal e comunitária, realizada com o princípio de proteger a cidadania, prevenir e controlar manifestações da criminalidade e da violência, garantindo o pleno exercício da cidadania limitada pela lei.	IMB	Ministério da Justiça
Trabalho (TR)	A realização de uma obra que te expresse e também, esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível.	IMB	(Albornoz, 1997)

Fonte: Elaborado pelos autores

A partir das variáveis apresentadas, segue modelo de regressão quantílica:

$$DP_{it} = \alpha + \beta_{\theta} EC_{it} + \beta_{\theta} ED_{it} + \beta_{\theta} IN_{it} + \beta_{\theta} SA_{it} + \beta_{\theta} SP_{it} + \beta_{\theta} TR_{it} + \text{Erro}$$

Em que:

DP_{it} representa a dívida de cada município i no tempo t ,

EC_{it} é o indicador de economia do município i no tempo t ;

ED_{it} é o indicador de educação do município i no tempo t ;

IN_{it} é o indicador de infraestrutura do município i no tempo t ;

SA_{it} é o indicador de saúde do município i no tempo t ;

SP_{it} é o indicador de segurança pública do município i no tempo t ;

TR_{it} é o indicador de trabalho do município i no tempo t ;

α é o coeficiente angular

β_{θ} é o parâmetro estimado para cada *quantil* de variação de endividamento

Após modelo econométrico seguem os resultados da pesquisa.

4. Resultados da pesquisa

As estatísticas descritivas das variáveis estudadas são apresentadas na tabela 1:

Tabela 2 – Estatísticas descritivas das variáveis estudadas

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	C.V(%)
Dívida Pública	0,0008	9,869	0,47	0,720	151,90
Economia	0,67	5,54	1,75	0,632	36,15
Educação	1,72	7,28	5,36	0,796	14,85
Infraestrutura	0,47	7,12	3,69	1,330	36,04
Saúde	3,85	9,75	7,30	0,925	12,68
Segurança Pública	3,36	10	7,74	1,428	18,46
Trabalho	0,55	6,73	2,71	0,742	27,38

Fonte: Elaboração dos autores com dados do IMB e Tesouro Nacional

Observa-se por meio dos dados da Tabela 1, que o desvio padrão da variável dependente endividamento está significativamente superior à média, o que denota grande dispersão de dados, análise reforçada através do coeficiente de variação (C.V) que demonstra grande heterogeneidade nesses dados e que a média não é representante da população do estudo. Diferentemente do endividamento, as variáveis explicativas possuem um menor desvio padrão e conseqüentemente um menor coeficiente de variação, dentre esse grupo, a maior média apresentada se deu pelo requisito segurança pública e a menor pelo trabalho.

Portanto, os dados acima consubstanciam a utilização regressão quantílica, pois está pode ser mais eficiente na captação do efeito real de variáveis que apresentem grandes dispersões.

Tabela 3 – Correlação de Pearson entre o endividamento público e as variáveis socioeconômicas

Variáveis	Índice de Correlação
Dívida Pública	0,024
Economia	0,026
Educação	0,034
Infraestrutura	0,034
Saúde	0,044
Segurança Pública	0,013
Trabalho	0,001

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como pode ser observado na tabela 2, a Dívida Pública e as demais variáveis estudadas não apresentam forte correlação positiva ou negativa, pois segundo o Coeficiente de Correlação de Pearson para a verificação da existência da forte correlação, o coeficiente que a mede deveria apresentar-se próximo a 1 ou -1, respectivamente, conforme Santos, Pinheiro & Chaves, (2017). A variável saúde apresentou índice de correlação de 0,044 com a variável endividamento; as demais variáveis economia, educação, infraestrutura, segurança pública e trabalho apresentaram índice de correlação inferior a 0,040 com a variável isolada endividamento. Portanto, para todo o conjunto de dados é possível verificar indício de que não exista problema de autocorrelação entre as variáveis pesquisadas.

Após analisadas as estatísticas descritivas e a correlação de Pearson, passa-se a análise de regressão quantílica; na qual verifica-se a partir dos resultados estatísticos dos três quantis estudados (0,25; 0,50; 0,75), que para os seis indicadores de desenvolvimento socioeconômicos analisados, a variação da Dívida Pública dos municípios goianos tem relevância estatística em mais variáveis no primeiro quantil, ou seja, aqueles municípios que demonstraram maior controle do endividamento demonstraram alguma variação socioeconômica correlacionada, o segundo e terceiro quantil também apresentaram variáveis com significância estatística, só que em menor número, conforme observa-se na tabela 3.

Tabela 4 – Impacto do endividamento público no Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Goianos

Variável	Regressão Quantílica		
	Quantil 1 (0.25) DP _{it}	Quantil 2 (0.50) DP _{it}	Quantil 3(0.75) DP _{it}
EC _{it}	0,057 ** (0.203)	0,942 (0.0374)	0,719 (0.066)
ED _{it}	-0,100 * (0.198)	- 0,054 ** (0.029)	0,569 (0.060)
IN _{it}	0,1840 (0.1238)	0,014*** (0.019)	0,553 (0.028)
SA _{it}	0,741 (0.171)	0,684 (0.025)	0,410 (0.037)
SP _{it}	0,468 (0.099)	0,601 (0.018)	0,173 (0.237)
TR _{it}	-0,064 * (0.008)	0,822 (0.021)	-0,000 *** (0.026)

Notas: Em que DP é o indicador da dívida pública, EC é o indicador da economia, ED é o indicador de

educação, IN é o indicador de infraestrutura, S.A é o indicador de saúde, SP é o indicador de segurança pública e TR é o indicador de trabalho. Os valores em parêntese representam o erro padrão.

*, **, *** indicam significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Dados da Pesquisa

5 Discussão dos Resultados

No primeiro quantil verifica-se que a variável educação e trabalho obtiveram significância de 10% e a variável economia de 5%; a partir desse resultado, é possível se concluir que o grupo de municípios constantes no primeiro quantil tem a sua dívida pública diminuída quanto melhor forem os seus resultados em educação e no trabalho; e quanto pior for a economia, mais endividados os municípios se encontram. Deste modo, verificasse que há consonância de resultados com os estudos realizados por Pinto, Coronel, Vieira & Ceretta (2013), que em análise realizada com os municípios do Rio Grande do Sul, verificaram que aqueles que possuem um melhor desenvolvimento socioeconômico consequentemente são aqueles também com maior controle fiscal.

Concordando também com os estudos de Costa (2017), sobre a relação da responsabilidade fiscal e a qualidade da educação dos municípios mais populosos do Brasil, que apresenta conclusão indicando relação entre a gestão fiscal e a qualidade da educação municipal, que a responsabilidade na gestão fiscal colabora para a melhoria da qualidade da educação, isso observado através de correlação feita com os desempenhos dos alunos no índice da Educação Básica - IDEB para os anos iniciais.

Com relação à influência negativa do indicador economia, o estudo de Santolin e Jayme Jr (2012), sobre a regulamentação das finanças públicas e o crescimento econômico, traz resultados que apontam que o crescimento dos gastos obrigatórios com a educação, por parte dos municípios, pode contribuir para a redução do crescimento econômico dos municípios, devido ao direcionamento dos recursos. Diante destas análises, pode-se inferir que mesmo os municípios com menor endividamento, podem estar alocando os recursos preferencialmente na educação, o que justificaria os resultados da variável economia.

Para a infraestrutura, saúde e segurança pública não foi verificada significância, podendo-se concluir que essas variáveis não ter poder de explicação sobre a dívida pública dos municípios goianos com maior controle fiscal.

No segundo quantil, a variável que representa a educação apresentou significância negativa de 5% e infraestrutura positiva de 1%, o Índice de Economia, Índice de Saúde, Índice de Segurança Pública e Índice de Trabalho não demonstraram relevância estatística quando relacionados ao endividamento.

Compreende-se que os índices com menores variações obtêm pouca influência sobre o Endividamento, sendo assim, pode-se inferir que quando há aumento no Índice de Educação, inversamente ocorre uma diminuição no Índice de Endividamento, oferecendo melhor desenvolvimento na área; importante salientar que a significância do item educação foi menor do que a apresentada no primeiro quantil, o que pode ser um indício a tese de que quanto menos endividado o município é, de maior qualidade é a educação oferecida à sua população.

Na análise do terceiro quantil apenas o Índice de Trabalho apresentou relação negativa de significância de 1%, portanto, observa-se que no quantil maior de endividamento, quanto maior for o endividamento, menor será nível de emprego. Resultado que contraria o observado em estudo de Lazari, Melo e Bezerra (2014), que constatou correlação positiva entre o endividamento municipal paranaense e o desenvolvimento socioeconômico das cidades do Paraná, ou seja, quanto mais endividadas os municípios se encontravam, melhores seus resultados socioeconômicos, isto, pode ser explicado pela metodologia diferente aplicada ou a singularidade de seus indicadores sociais aplicados em ambos estudos, fornecidos por instituições estaduais.

Diante dos resultados, comparações e análises realizadas, verificasse, em parte, concordância com os estudos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e suas Implicações nos Indicadores Sociais Municipais, realizado por Oliveira, Peter e Meneses (2009), que demonstra que a medida que os municípios conseguem controlar o nível de endividamento e dos gastos públicos, mais recursos são disponibilizados para o atendimento às demandas sociais.

6 Conclusão

A proposta do presente artigo é realizar uma análise sobre qual relação entre o endividamento público dos municípios goianos e o desenvolvimento socioeconômico destes entes públicos, verificando deste modo, a possível correlação existente entre indicadores sociais e os indicadores de endividamento dos municípios do estado de Goiás.

Após análise dos dados conclui-se que quanto melhores os indicadores socioeconômicos menor será a dívida pública dos municípios goianos, que a variável educação é a que possui maior correlação com o endividamento, assim, pode-se inferir que quanto mais um município goiano investe em educação, menos este tende a se endividar.

Que a economia dos municípios goianos tende a ser mais forte quando o município se endivida de modo responsável, possivelmente, procurando financiamentos para setores que ativem a economia, pois, esse resultado só pôde ser observado no grupo de municípios que apresentaram um menor endividamento, que quanto mais endividado o município se encontrar, menos efeitos as características socioeconômicas apresentam sobre o endividamento.

No decurso da análise foram observadas dificuldades que se mostraram limitações de pesquisa, como o tamanho da amostra dos dados, devido a não divulgação destes por parte de alguns municípios, e o fato de que o Instituto Mauro Borges disponibiliza os dados do IDM somente de dois em dois anos, o que pôde prejudicar a correlação com a Dívida Pública, que é medida continuamente.

Para trabalhos futuros, sugere-se nova pesquisa sobre a influência do endividamento dos municípios goianos ou em outros estados e a qualidade do trabalho ofertado; nova pesquisa com a mesma problemática aqui apresentada, mas, com a utilização de outros modelos e escopo maior de dados diante de novas divulgações do instituto Mauro Borges; e que se verifique a influência do endividamento público especificamente na educação goiana, através do IDEB.

7 Referências

- Afonso, J. R. (2017). *Gastos Públicos com Segurança Pública*. São Paulo: FGV. Recuperado https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19512/Jos_%20Roberto%20Afonso.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Albornoz, S. (1997). *O que é trabalho*. (p.9) São Paulo: Brasiliense
- Almeida, A. T. C., & Gasparini, C. E. (2011). Gastos públicos municipais e educação fundamental na Paraíba: uma avaliação usando DEA. *Revista Econômica do Nordeste*, 42(3), 621-637.
- Arrais, T. A. (2008). *Diversidade territorial e transferências constitucionais para os municípios: considerações sobre a economia regional Goiana*. Boletim Goiano de Geografia, 203-2016.
- Borbely, A. (2016) *Desenvolvimento ou crescimento econômico* – Diário Do Grande ABC Recuperado de <http://www.dgabc.com.br/Noticia/1976432/desenvolvimento-ou-crescimento-economico>.

Brasil. Ministério Da Saúde. *Política Nacional de Atenção Básica Brasília-DF* Ministério da Saúde, 2006

Brender, A; Drazen. A. Political budget cycles in new versus established democracies. *Journal of Monetary Economics*, v. 52, n. 7, p. 1271-1295, out, 2005

Bresser, P. L. C. (2007): *Crescimento e Desenvolvimento Econômico*; Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008. Recuperado de <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22> Acesso em 22/04/2018 às 14:03

Bulhões, G., & Bulhões, R. (2016). Reflexões sobre o comportamento da taxa de câmbio, taxa de juros, inflação, dívida pública e do crescimento do PIB do Brasil entre 1995 e 2015. *Revista Eletrônica Científica do CRA-PR*, 3(1), 1-10.

Caetano, C. C. R., Ávila, L. A. C., & Tavares, M. (2017). A Relação entre as transferências Governamentais, a Arrecadação Tributária Própria e o Índice de Educação dos Municípios do Estado de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, 51(5), 897-916

Caldeira, A. A., Wilbert, M. D., Moreira, T. B. S., & Serrano, A. L. M. (2016). Sustentabilidade da dívida estadual brasileira: uma análise da relação dívida líquida e resultado primário. *Revista de Administração Pública*, 50(2), 285-306.

Cameron, A. C.; Trivedi, P. K. (2012). *Microeconometrics using stata*. College Station: Stata Press, 2010. Koutsomanoli-Filippaki, Mamatzakis e Pasiouras.

Campos, L. S., & Costa, A. L. (2011). *Avaliação de produtividade em serviços de saúde pública: estudos de casos sobre desempenho econômico*. *Gestão & Regionalidade*, 27(81), 98-112.

Campos, Samuel A. C. *Eficiência econômica e ambiental da produção leiteira em Minas Gerais*. Dissertação (mestrado em economia aplicada) — Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

Coad, A., & Rao, R. (2008). *Innovation and firm growth in high-tech sectors: a quantile regression approach*. *Research Policy*, 37(4), 633-648. Retrieved from www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048733308000152. <http://dx.doi.org/10.1016/j.respol.2008.01.003>

Confederação Nacional dos Municípios. (2018) *Estudos técnicos: A crise nos municípios*. Brasília. Recuperado de http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/A_Crise_nos_Municipios_2out_2017.pdf

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2018). Goiânia. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2018). Goiânia. Recuperado de http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_144_.asp

Costa, C. C. de M., Ferreira, M. A. M., Braga, M. J., & Abrantes, L. A. (2015). *Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica*. *Revista de Administração Pública*, 49(5), 1319–1347. <https://doi.org/10.1590/0034-7612130868>

Da Costa, C. E. E. L. (2009). *A Sustentabilidade da Dívida Pública*. In: SILVA, A.C.; Carvalho, L. O. de; Medeiros, O. L. de (Org.). *Dívida Pública: A Experiência Brasileira*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional. P. 81-100

Costa, F. H. (2017) – *A relação entre a Responsabilidade Fiscal e a Qualidade da Educação nos Municípios Mais Populosos do Brasil*. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23631>

De Mello, G. R., Dalchiavon, E. C. (2012). A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o impacto sobre o endividamento dos municípios potiguares. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*.

DIEESE - Departamento Intersindical De Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Boletim de conjuntura*. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2018/boletimConjuntura013.pdf>

DIEESE - Departamento Intersindical De Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Dez perguntas e respostas para entender a dívida pública brasileira*. Nota Técnica nº 14, fev/2006. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2006/notatecDividapublica/index.html?page=2>

Dowbor, L.; Pochmann, M. (Org.) (2008). *Políticas para o desenvolvimento local*. (pp. 52-277) São Paulo: Fundação Perseu Abramo

Fatorelli, M. L., Avila, R. (2017). *A auditoria da Dívida e o Necessário Aumento dos Gastos com a Saúde*. Centro Estudos Estratégicos de Fiocruz, Recuperado de <https://jornalggn.com.br/blog/cee-fiocruz/maria-lucia-fatorelli-a-auditoria-da-divida-e-o-necessario-aumento-dos-gastos-com-a-saude>

Figueiredo, C. O. (2011). *Análise da dependência espacial no contexto de dados em painel: o caso espaço-temporal*. Dissertação (Mestrado em Estatística) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Fontoura, D. D. S., Teixeira, R., & Piccinini, V. C. (2016). *Emprego público em tempos de crise - um estudo com servidores de carreira na Receita Federal do Brasil*. *Pensamento & Realidade*, 31(2), 90-108.

Goretti, M. D. R. (2016). *Grau de Endividamento: um estudo brasileiro*- Universidade Estadual do Para, Campina Grande, PB.

Gujarati, D. (2006). *Econometria básica*. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Estatística por cidade e estado*. Goiânia. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=52>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2010) *Infraestrutura econômica no Brasil : diagnósticos e perspectivas para 2025*. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro_InfraestruturaSocial_v011.pdf

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2011) *Características da formalização do mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2009*.

Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2018). *Histórico*. Recuperado de <http://www.imb.go.gov.br/>

Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2018). *Goiás – Visão Geral*. Recuperado de <http://www.imb.go.gov.br/goiasvisao geral/goiasvisao geral.asp>

Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2016). *Índice de Desempenho dos Municípios 2016*. Goiás. Autor. Recuperado de: <http://www.imb.go.gov.br/pub/idm/idm2016.pdf>

Jannuzzi, P.M. (2004) *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações*. (pp.15 a 32). Campinas: Alínea.

Júnior, H. Q. P (Coord), Maciel, C. S, Bicalho, R, Quadros, S. R. (2010). *Perspectivas do investimento em infraestrutura*. (pp. 17 a 32). Rio de Janeiro: Synergia.

Júnior, J. Q. R., Arriel, F. M., Macêdo, R. M. Silva, A. C. M. (2016) *Índice de desempenho dos municípios goianos – Idm*

Júnior, W. (2016). *Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública – Noções*. Estudo Administração. Recuperado de <http://www.estudoadministracao.com.br/ler/indicadores-socioeconomicos-na-gestao-publica-noco es/>

Koutsomanoli-Filippaki, Anastasia; Mamatzakis, Emmanuel; Pasiouras, Fotios. *A quantile regression approach to bank efficiency measurement*. In: PASIOURAS, Fotios. *Efficiency and productivity growth: modelling in the financial services industry*. West Sussex, UK: John Wiley & Sons, Ltd., 2012. p. 253-266.

Lazari, M. F., Mello, G. R., & Bezerra, F. M. (2014). *A relação entre a dívida pública e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses: evidências para o período de 2002 a 2010*. RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia, 13(2), 721-738.

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. *Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp101.htm

Macedo, J. J., Corbari, E. C. (2009). *Efeitos da Lei da Responsabilidade Fiscal no endividamento dos Municípios Brasileiros: uma análise de dados em painéis*. Revista Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo.

Maia, A. L. S.; Neto, F. (2006) *Dinâmica inflacionária brasileira: resultados de autogressão quantílica*. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 153-165, 2006.

Marques, L. D. (2000) *Modelos dinâmicos com dados em painel: revisão de literatura*. Porto: Faculdade de Economia do Porto. Recuperado de <http://wps.fep.up.pt/wps/wp100.pdf>

Martins, G. de A. (2002). *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 3ed. São Paulo: Atlas

Martins, R. M. S. F. (2004). *Direito à educação*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004

Matta, I. B., Ferreira, M. A. M., Cotta, R. M. M., & Siqueira-batista, R. (2016). *Gestão da Saúde Pública: Análise sobre os fatores condicionantes do desenvolvimento Humano*. *Revista de Gestão em Sistemas de Saúde*, 5(1), 15-28.

Mello, G. R. (2012). *A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o impacto sobre o endividamento dos municípios potiguares*. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 10(2), 48-60.

Mello, G. R., & Slomski, V. (2009). *Fatores que influenciam o endividamento dos Estados brasileiros*. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 3(7), 78-92.

Ministério da Justiça. (2018). *Conceitos básicos*. Recuperado de <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/orgaos-de-seguranca-1/conceitos-basicos>

Ministério do Desenvolvimento Social. (2015). *Institucional*. Recuperado de <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>

Morais, N. R., Oliveira, F. P. S., & Rocha, L. A. (2016). *Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Norte: a Contribuição da Receita Pública Municipal*. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 4(2), 54-67.

Oliveira, Peter e Meneses (2009) - *Lei de Responsabilidade Fiscal: Implicações nos Indicadores Sociais Municipais*. Recuperado de: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos102010/252.pdf>

Organização das Nações Unidas (2013). *Relatório do desenvolvimento humano 2013*. Recuperado de http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-hdr_portuguese-2013.pdf

Organização das Nações Unidas (2018). *IDH*. Recuperado de <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>

Pedras, G.B.V (2009). *Conceitos e estatísticas da dívida pública*. Dívida Pública. A Experiência Brasileira. Brasília: Estação Gráfica LTDA

Pereira, A. P. G., Puga, F. P. (2016). *Infraestrutura no Brasil: ajustando o foco*. [Rio de Janeiro]: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 26 p. (Textos para discussão; 112).

Pinto, N. M., Coronel, D. A., Vieira, K. M., & Ceretta, P. S. (2015). A influência dos fatores socioeconômicos no endividamento dos municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, (11)1, 393-419.

Riani, Flávio (2014). *Economia do Setor Público: Uma abordagem introdutória*. (pp. 10-22). Rio de Janeiro: LTC

Romanatto, E., Cruvinel, E. C., Araújo, E. S., & Satel, C. R. I. (2015). Caracterização econômica dos municípios Goianos segundo valor adicionado dos setores de atividade. *Revista Econômica Ensaios*, 30(1), 113-139.

Santolin, Roberto, Jayme Frederico. G. Jr – *Regulamentação das Finanças Públicas Municipais e crescimento econômico: Um estudo aplicado aos municípios mineiros*. Recuperado de https://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i4-ddef4195dc05d0494e57c291d196abe8.pdf 27/11/2018 16h12

Silva, A. A. P., Ferreira, M. A. M., Braga, M. J., & Abrantes, L. A. (2012). Eficiência na alocação de recursos públicos destinados à educação, saúde e habitação em municípios mineiros. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 15(1), 96-114.

Silva, A.C., Carvalho, L. O., Medeiros, O. L. (2009). *Dívida Pública. A experiência brasileira*. Brasília: Estação Gráfica LTDA

Silva, A.C., Medeiros. A.D.B.M (2009). *Conceitos e estatísticas da dívida pública. Dívida Pública. A Experiência Brasileira*. Brasília: Estação Gráfica LTDA

Silva, F. G, Martinelli, L. A. S. (2012). *Introdução à Economia*. Curitiba. Recuperado de http://redeotec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/economia_mercado.pdf

Soares, W. R. F. (2012) Diferenças Salariais e Desigualdade de Renda nas Mesorregiões Mineiras: uma Análise a Partir dos Microdados da Rais Utilizando Regressão Quantílica. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.40, n.1, p. 32-59.

Souza, Celina. (p. 20-45) *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre

Souza, Nali de Jesus (2014). *Economia básica*. (p. 9). São Paulo: Atlas

Suzart, Janilson. *Métodos Quantitativos*. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

Tavares, V. B., & Alves, J. F. B. (2015). Políticas Públicas: Uma Análise dos Indicadores de Desempenho dos Gastos Públicos em Educação Básica nos Municípios do Cariri Ocidental da Paraíba. Reunir: *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 5(3), 76-92.

Tokarnia, M. (2018). *Brasil gasta mais com segurança pública do que com pesquisa*, diz CNI. Brasília: Agência Brasil. Recuperado de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-03/brasil-gasta-mais-com-seguranca-publica-do-que-com-pesquisa-diz-cni>

Vasconcellos, M. A. S., Garcia, M. E, (2014). *Fundamentos de Economia – 5. ed.* (p. 2) – São Paulo: Saraiva, 2014.

Viana, A. L. D.; POZ, M. R. D. A Reforma do Sistema de Saúde no Brasil e o Programa de Saúde da Família. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, v. 15, n. Suplemento, p.225–264, 2005.

Vieira, L., Gondim, C. (2012). *Infraestrutura Brasileira: Desafios E Oportunidades*, 17 setembro *Revista Estadão* Recuperado de <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,infraestrutura-brasileira-desafios-e-oportunidades-imp-,931679>